

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 28 | ANO 3 | 9.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

ARQUIVO

CPI que apura R\$ 421 mi de prejuízo aos cofres estaduais chega à metade

INVESTIGAÇÃO | Parlamentares potiguarês já ouviram cinco atores envolvidos no contrato de concessão da Arena das Dunas, equipamento esportivo contruído para a Copa do Mundo de 2014; dezenas de documentos estão sob análise

ATIVIDADE PARLAMENTAR 2 E 3

ALRN APROVA 44 PROPOSITURAS NOS MESES DE JULHO E AGOSTO

SAÚDE MENTAL. 6

PANDEMIA: ALRN CRIA PROTOCOLO DE APOIO PSICOLÓGICO A SERVIDORES

DESPESAS E RECEITAS. 13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN APROVA LDO PARA ORÇAMENTO DE 2022

ALRN mantém alta produtividade e aprova 44 proposições no bimestre

TRABALHO | Nos meses de julho e agosto de 2021 foram aprovadas 34 leis ordinárias, 3 leis complementares e 6 resoluções

Ao longo dos meses de julho e agosto do ano em curso, a Assembleia Legislativa atuou de forma direta na aprovação e aperfeiçoamento da legislação estadual. Mantendo a alta produtividade, foram aprovadas 34 leis ordinárias, 3 leis complementares e 6 resoluções no bimestre. Somado ao registrado no primeiro semestre de 2021, fase de retomada após a passagem do período mais crítico da pandemia de covid-19, já são quase 200 proposições aprovadas.

O impacto positivo para a população é resultado de muito trabalho e inovação dos parlamentares potiguares. A diretora legislativa Tatiana Mendes destaca, entre os projetos aprovados nos dois últimos meses, da Lei nº 10.953/21, já sancionada, que, de forma pioneira no País, regulou as atividades off-road, reconhecendo-as como esporte de aventura e radical, e de importante valor cultural e turístico para o Estado do Rio Grande do Norte. “A matéria, de iniciativa do Deputado Ezequiel Ferreira, Presidente desta Casa Legislativa, contou com a par-

ticipação da Associação Potiguar de Off-Road (APO) e já é modelo para representantes dos Legislativos da Paraíba, do Ceará e do Espírito Santo”, destaca Tatiana.

Na mesma esteira, ela destaca ainda a edição da Lei nº 10.966/21 que, de iniciativa do Deputado Gustavo Carvalho, torna obrigatória a divulgação do custeio de viagens de agentes políticos, servidores ou colaboradores públicos da administração pública estadual direta e indireta, garantindo maior transparência e controle dos gastos públicos.

Tatiana sublinha também a Lei Complementar nº 683/21, que reordena os quadros funcionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), revogando a limitação e assegurando a igualdade de acesso às vagas entre homens e mulheres para os seus quadros funcionais. “De iniciativa do Governo do Estado, após a atuação direta das Comissões Parlamentares para melhorar a redação originariamente apresentada, a proposição garantiu isonomia no provimento de cargos públicos,

encontrando-se já em vigor para o próximo certame recentemente anunciado para a corporação”, explica.

Por fim, a diretora legislativa destaca a discussão e votação que findou com a sanção da Lei nº 10.963/21, de iniciativa do Deputa-

do Dr. Bernardo e que versa sobre a proibição de apreensão e remoção de motocicletas, motonetas ou ciclomotores de até 155cc (cento e cinquenta e cinco cilindradas), por autoridade de trânsito, regulando a atividade fiscalizatória desses veículos no Estado.

ATIVIDADE PARLAMENTAR - JULHO / AGOSTO	
PROPOSITURAS	TOTAL
LEIS ORDINÁRIAS.....	34
LEIS COMPLEMENTARES	3
RESOLUÇÕES.....	6
DECRETOS LEGISLATIVOS.....	-
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	-
ATO DO PRESIDENTE	1
TOTAL GERAL DOS BIMES TRE JULHO/AGOSTO	
44	



DIVULGAÇÃO



Medidas assertivas

A alta produtividade observada em 2021, mesmo diante de um momento de retomada da normalidade após o período do mais crítico revelam a tomada de decisões assertivas no momento certo. O distanciamento social obrigou o Parlamento Potiguar a adotar um sistema de deliberação totalmente virtual para os momentos de maior isolamento e, assim que possível, a fazer uma retomada gradativa nas atividades presenciais, acompanhada

de um rígido controle sanitário a fim de preservar a vida de deputados e servidores.

A rápida resposta dada pela Assembleia possibilitou que os trabalhos legislativos nunca fossem interrompidos. Com o desenvolvimento de ferramenta própria para a apresentação, tramitação e acompanhamento de matérias, assim como para a deliberação remota, os trabalhos parlamentares têm alternado momentos em formato totalmente virtual e em

formato híbrido, garantido a participação de todos deputados. “Bem por isso, pode-se afirmar que o Poder Legislativo, capitaneado pela gestão de seu presidente, o deputado Estadual Ezequiel Ferreira, forneceu os meios materiais para a continuidade dos trabalhos legislativos, de modo que as medidas de distanciamento não impactaram negativamente na atividade parlamentar”, afirmou a diretora legislativa Tatiana Mendes.



Sessões passaram a ser realizadas de forma híbrida, mas o trabalho continuou

CPI da Arena das Dunas chega à metade com importantes avanços

INVESTIÇÃO | Comissão tem por base auditoria que apontou possíveis prejuízos decorrentes do contrato da Arena das Dunas, equipamento projetado para a Copa do Mundo de 2014

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Arena das Dunas, instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, chegou à oitava reunião, com cinco pessoas ouvidas. A análise dos fatos, a partir de documentos e oitivas, está na metade com importantes avanços e perspectivas positivas. A CPI se baseia na auditoria realizada pelo Governo do Estado que apontou possíveis prejuízos decorrentes do contrato de concessão da Arena das Dunas, equipamento multiuso projetado para a Copa do Mundo de 2014, os quais ultrapassariam R\$ 421 milhões aos cofres públicos.

“Nós ainda temos que ouvir várias pessoas, mas estamos indo bem. A gente tem recebido bastante documentação”, revela a relatora da CPI, Isolda Dantas (PT). “A perspectiva é que a gente possa apontar algumas questões que precisam ser corrigidas, mas a gente vai esperar o final, a conclusão de todos os documentos, para que possa apontar todas as questões no relatório”, acrescenta ela.

A CPI, que já ouviu cinco pessoas envolvidas direta ou indiretamente no consórcio, não pretende, segundo o presidente, o deputado estadual Coronel Azevedo (PSC), fazer nenhuma avaliação prévia. “Não é nossa intenção fazer um pré-julgamento. Nosso interesse é contribuir com o melhor uso dos recursos públicos e garantir que o Rio Grande do Norte continue sendo um ambiente propício à realização de negócios e investimentos, e que as partes [Governo do Estado e Consórcio Arena das Dunas] possam entrar em entendimento, aprimorar relação e dar mais transparência”, assinala.

Para o também membro da CPI, Kléber Rodrigues (PL), o trabalho da comissão “é de prestar sempre um esclarecimento e dar um retorno à população, e não tratar de questões políticas. Estou aqui para tratar as coisas com responsabilidade. Estamos aqui para trabalhar em busca da verdade, que é um resultado claro e objetivo com relação ao que for averiguado”, assegura o parlamentar. Os



A CPI já ouviu cinco pessoas envolvidas direta ou indiretamente no consórcio Arena das Dunas

deputados Tomba Farias (PSDB) – vice-presidente – e o Subtenente Eliabe (Solidariedade) também integram o grupo.

Sobre a CPI

O pedido para instalação da CPI da Arena das Dunas foi aprovado em maio do ano passado e retomado após requerimento do deputado Kelps Lima, em 23 de junho deste ano. A CPI, que foi proposta pelo ex-deputado Sandro Pimentel, vai se debruçar sobre um relatório da Controladoria Geral do Estado que apontou que o governo potiguar teria desembolsado quase R\$ 110 milhões a mais do que

deveria ter sido pago ao Consórcio Arena das Dunas até maio de 2020, no contrato para gestão do estádio.

O Consórcio Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A contestou o relatório da Controladoria e apontou entendimentos controversos ao estabelecido no regramento da Parceria Pública Privada (PPP). O prejuízo total até o fim do contrato pode passar de R\$ 421 milhões, ainda de acordo com o relatório da Control.

As reuniões da CPI ocorrem às terças-feiras, de maneira híbrida. No último encontro, foi realizado numa quarta, em razão do feriado de 7 de setembro.

“

Não é nossa intenção fazer um pré-julgamento. Nosso interesse é contribuir com o melhor uso dos recursos públicos”

CORONEL AZEVEDO
DEPUTADO ESTADUAL

DIVULGAÇÃO



CPI DA ARENA - PESSOA OUVIDAS

17/08

Controlador-geral do Estado, Pedro Lopes, e o auditor de Controle Interno do Estado, Marcos José Moura Fagundes - Ambos os depoentes participaram da elaboração do relatório da Control sobre o contrato entre Arena das Dunas e Governo do Estado. Os técnicos apontaram sobrepreço e possível prejuízo ao erário.

24/08

O diretor-presidente do Consórcio Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A, Ítalo Mitre Alves de Lima

31/08

O ex-secretário extraordinário da Copa do Mundo, Demétrio Torres, principal auxiliar da então governadora Rosalba Ciarlini na formatação dos contratos de construção e administração do estádio de Natal no mundial de 2014.

08/09

Iana Silva Gomes de Lima, auditora do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e responsável por coordenar uma auditoria que apura possíveis irregularidades na parte da parcela variável do contrato entre o Consórcio Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A e o Governo do RN.

Pandemia: ALRN cria protocolo de apoio psicológico a servidores

SAÚDE MENTAL | Projeto oferece suporte a quem foi ou está contaminado com o vírus da covid-19

Desde o início da pandemia da covid-19, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vem realizando uma série de medidas para reforçar o cuidado com a saúde mental dos servidores da instituição. Um protocolo, desenvolvido pelo Programa de Qualidade de Vida e Saúde e a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar da Casa oferece apoio psicológico a quem foi ou está contaminado com o vírus.

“O impacto da pandemia na saúde mental é inevitável, principalmente para as pessoas que contraíram o vírus ou que perderam entes queridos. Por isso, a

Assembleia, desde o início, vem dando esse suporte aos nossos servidores, que tiveram suas rotinas, suas vidas afetadas”, disse o presidente Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB).

O protocolo de saúde mental foi acrescentado ao protocolo clínico já existente no atendimento ao servidor que comunica a instituição sobre a infecção pelo vírus. “Os funcionários primeiro passam, de modo virtual, pela equipe médica e depois pelo Núcleo de Apoio Biopsicossocial. O objetivo é o de prestar apoio, acolhimento e escuta para que possamos minimizar prováveis impactos negativos não apenas pelo adoecimento, mas tam-

bém pelo isolamento social, perda de autonomia e medo do contágio”, explica Bárbara França, psicóloga e Presidente do Programa de Qualidade de Vida da Assembleia.

Segundo o Núcleo, os sentimentos mais recorrentes entre as pessoas atendidas refletem o que a população em geral tem se queixado: ansiedade, comprometimento da memória, fadiga e letargia, além de distúrbios do sono, medo limitante, e por fim, quadros de depressão. “É preciso se autoconhecer, encontrar o equilíbrio em meio a todos esses sentimentos e a psicoterapia pode auxiliar de forma determinante esse indivíduo”, ressaltou Rodrigo Bezerra, psicólogo do Nú-

cleo de Atendimento Biopsicossocial da Assembleia.

Psicologia em Pauta

O apoio psicológico oferecido pela Assembleia aos servidores foi tema de um programa especial exibido na TV Assembleia.

Além de Bárbara França e Rodrigo Bezerra, a psicóloga Bárbara Rocha, também da Assembleia, participa do programa falando, além do protocolo da Casa, sobre os desafios da profissão e da psicologia como ciência para tratar emoções como medo, traumas, depressão e ansiedade. O programa é apresentado pela jornalista Ohara Oliveira.

DIVULGAÇÃO



Trabalho foi tema de um programa especial exibido na TV Assembleia

Sancionada lei estadual que beneficia pessoas com deficiência no RN

PCD | Com investimentos previstos de R\$ 23,5 milhões, o projeto visa a transformar a praia da Zona Norte em um novo polo turístico de Natal

Foi sancionada a Lei Complementar nº 685, que estende as hipóteses de ausência, bem como, concede o direito a horário especial ao servidor público com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, sem necessidade de exigência de compensação de horário e prejuízo da remuneração. O direito inclui os responsáveis por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A publicação está no Diário Oficial desta quinta-feira, 9.

O projeto de lei, de autoria do deputado Kleber Rodrigues (PL) foi enviado pelo Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa em agosto. A iniciativa atende a requerimentos subscritos e encaminhados ao governo por outros cinco parlamentares: Isolda Dantas (PT), Eudiane Macedo (Republicanos), George Soares (PL) e Souza (PSB).

“A sanção dessa lei é uma vitória de pais, mães, e de todos aqueles servidores que precisam acompanhar os filhos ou parentes deficientes sem prejuízo a carga horária de trabalho”, disse Kleber Rodrigues.

A medida altera a Lei Complementar nº 122, de 1994, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado e



DIVULGAÇÃO

O projeto de lei, de autoria do deputado Kleber Rodrigues (PL), foi aprovado na ALRN em agosto

das autarquias e fundações públicas estaduais.

Na mensagem enviada à Assembleia, Fátima Bezerra destacou que, segundo o IBGE, cerca de 27% da população do RN tem algum tipo de deficiência, seja motora, auditiva, visual ou cognitiva, sendo aproximadamente 882.022 pessoas nessa condição. O mesmo estudo aponta

ainda que destes, aproximadamente, 20 mil pessoas estão no espectro autista.

A perícia continuará sendo obrigatória e não será concedido o horário especial quando a deficiência não prescindir de tratamento ou acompanhamento, conforme recomendação no laudo pericial.

O horário especial poderá ser

concedido sob forma de jornada reduzida em dias consecutivos ou intercalados, ou ausência ao trabalho em dia específico por semana, conforme necessidade ou programa de atendimento médico ou terapêutico, desde que seja cumprida a jornada de trabalho mínima de 20 horas semanais por cada vínculo ocupado.

“

A sanção dessa lei é uma vitória de pais, mães, e de todos aqueles servidores que precisam acompanhar os filhos ou parentes deficientes”

KLEBER RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL

Comissão Especial do RN aprova PEC

SEGURANÇA | Proposta de Emenda à Constituição (PEC) adequa a Constituição Estadual à Constituição Federal, no tocante à Polícia Penal

DIVULGAÇÃO



al da Assembleia C da Polícia Penal



Comissão é composta pelos deputados Tomba Farias (PSDB) como presidente, Galeno Torquato (PSD) como vice e o subtenente Eliabe (SDD) como relator

A Comissão Especial da Polícia Penal na Assembleia Legislativa do RN aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 06 de 2019 que inclui a Polícia Penal (chamados antigamente de agentes penitenciários) enquanto órgão componente do sistema de Segurança Pública do Rio Grande do Norte.

A comissão é composta pelos deputados Tomba Farias (PSDB) como presidente, Galeno Torquato (PSD) como vice e o subtenente Eliabe (SDD) como relator. Os deputados durante reunião consideraram a proposição relevante para a segurança pública estadual.

“Essa mudança já foi feita através da PEC nº 104 de 2019, a nível federal, que realizou essa inclusão. Assim, essa PEC em tramitação na Assembleia Legislativa visa adequar à constituição estadual a esta medida. A PEC já passou pelas comissões da Casa e agora está na parte da comissão especial”, explicou o presidente da Comissão, deputado Tomba Farias.

“É uma matéria que coloca a Polícia Penal dentro da sua competência, fazendo com que a Polícia Militar e Polícia Civil possam fazer o que lhes é mister, além de dar atribuições à Polícia Penal”, destacou o relator da matéria, deputado Subtenente Eliabe (SDD). Antes da leitura do parecer, o parlamentar destacou que “essa medida já foi adequada em 21 estados e o Rio Grande do Norte é um dos últimos a fazer essa adequação à Constituição Federal”. Agora a PEC será apreciada pelo plenário da Assembleia Legislativa em votação em dois turnos, dependendo de dois terços da Casa para aprovação.

Sobre a comissão

A Comissão Especial da Polícia Penal foi instalada para discutir uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que adequa a Constituição Estadual à Constituição Federal, no tocante à inclusão da Polícia Penal na esfera da Segurança Pública.

“

É uma matéria que coloca a Polícia Penal dentro da sua competência, fazendo com que a Polícia Militar e Polícia Civil possam fazer o que lhes é mister, além de dar atribuições à Polícia Penal”

SUBTENENTE ELIABE
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia apoia cooperativismo no RN através de Frente Parlamentar

ECONOMIA | No território potiguar, há 127 negócios no formato de cooperativa; através da FRENCOOP, parlamentares pretendem fortalecer projetos que beneficiem a área

Modelo organizacional onde os trabalhadores também são donos do próprio negócio e cuja filosofia é a de que todas as pessoas envolvidas prosperem juntas, garantindo melhores oportunidades e um futuro mais justo. Esta é a proposta do cooperativismo, que conta, no RN, com a defesa da Assembleia Legislativa, através da Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo (FRESCOOP) composta por oito parlamentares, tendo como presidente o deputado George Soares (PL).

No território potiguar já são 127 negócios no formato de cooperativas, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No país, são quase 5 mil cooperativas, ou mais precisamente, 4.868, conforme estatísticas de dezembro de 2020.

O cooperativismo vem conquistando negócios dos mais variados segmentos: no mercado financeiro, na agropecuária, na área da saúde, da educação, na geração e distribuição de energia, no turismo, na atividade mineradora, no transporte e também no setor habitacional e de consumo. O cooperativismo é, sem dúvida, um agente fundamental para a promoção do desenvolvimento em todos os estados brasileiros.

Recentemente, a FRESCOOP e as ações e projetos desenvolvidos no parlamento em prol do cooperativismo potiguar foram apresentados em reunião que contou com a presença da governadora Fátima Bezerra, do vice-governador Antenor Roberto e de autoridades do cooperativismo.

Na apresentação, foram debatidos projetos para o desenvolvimento do Estado, através do cooperativismo. Representantes da Organização das Cooperativas do RN (OCERN), incluindo o presidente Roberto Coelho, deram colaboração ao debate. Também participou o secretário de desenvolvimento do Estado, Jaime Calado, o secretário de saúde Cipriano Maia e o presidente da JUCERN, Carlos Augusto Maia.



FRESCOOP é omposta por oito parlamentares, tendo como presidente o deputado George Soares (PL).

“Nosso objetivo com a FRESCOOP é agilizar projetos que beneficiem a área, como instituir a política estadual de fomento ao cooperativismo, autorizar a JUCERN a efetuar acordos com a OCERN, dar posse ao Conselho Estadual de Política Energética instituído por lei de nossa autoria e sugerir alterações na lei que definiu a participação do RN nos Consórcios Interfederativos de Saúde para possibilitar convênios com instituições sociais e cooperativas. Nossa luta pelo cooperativismo é grande, mas temos fortes parceiros para enfrenta-la,” afirmou George

Soares na ocasião.

O deputado destacou que as cooperativas têm um papel importante nas cidades e no campo. Elas marcam presença em muitos segmentos diferentes, como no mercado financeiro, na agropecuária, na área da saúde, da educação, na geração e distribuição de energia, no turismo, na atividade mineradora, no transporte e também no setor habitacional e de consumo. O cooperativismo é, sem dúvida, um agente fundamental para a promoção do desenvolvimento em todos os estados brasileiros.

“

Nosso objetivo com a FRESCOOP é agilizar projetos que beneficiem a área, como instituir a política estadual de fomento ao cooperativismo”

DIVULGAÇÃO



Resistência e criatividade na crise

De acordo com a OCB, é em momentos de crise que o movimento cooperativista mais demonstrou o seu potencial, pois diante de situações difíceis, o interesse pela comunidade se

torna maior, fazendo com que as pessoas se unam para enfrentar as dificuldades. Mesmo diante da crise na economia provocada pela pandemia, o cooperativismo continuou gerando empregos.

Em 2020, foram 455.095 empregos diretos em todo o país, representando um aumento de 6% frente ao ano anterior.

Em 2020, no mundo, de acordo com a OCB, 17,1 milhões de

pessoas cooperaram para um mundo melhor, valor 11% maior do que do ano anterior. Para a entidade é uma demonstração clara de que o cooperativismo tem sido visto, cada dia mais, como

um modelo de negócio e um caminho interessante para a prática do empreendedorismo coletivo, contribuindo diretamente para a geração de renda de muitos brasileiros.

Comissão readequa termo de referência para concurso da ALRN

OPORTUNIDADE | Previsão é que o certame aconteça em 2022; medidas estão sendo tomadas para dar celeridade aos trâmites necessários

Com o objetivo de dar celeridade aos trâmites necessários à realização do Concurso Público da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), a Comissão Especial da Casa, responsável pelo certame, realizou a segunda reunião oficial na manhã do dia 2 de setembro para discutir detalhes referentes ao termo de referência para contratação da banca examinadora que irá aplicar o concurso. De acordo com o procurador-geral da Assembleia e presidente da comissão, Sérgio Freire, a previsão é que o certame aconteça em 2022.

A expectativa é que a versão de-

finitiva do termo de referência para contratação da banca examinadora que irá aplicar o concurso seja apresentada ainda nesta semana. “O termo de referência é o documento que pode ser comparado a um alicerce, que contém o direcionamento do edital”, explicou Sérgio Freire. Após a definição do termo de referência, a expectativa é que os trabalhos avancem para a abertura do processo e consequente escolha da banca.

O Concurso Público da Assembleia Legislativa é destinado ao provimento de vagas para os cargos efetivos de Analista Legislativo – Nível Superior e Técnico Legislativo da Casa Legislativa.

Ao todo são previstas 24 vagas para o cargo de Analista Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 7.725,75 mais benefícios e 23 para o cargo de Técnico Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 4.139,75, mais benefícios.

A comissão do concurso da ALRN foi instituída pela portaria nº 09/2021. A portaria assinada pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB), nomeia sete membros para a comissão, sendo quatro servidores, um representante do sindicato da categoria e dois advogados. O presidente do grupo é o procurador da Casa, Sérgio Eduardo da Costa Freire.

Saiba mais

O último concurso realizado pela Assembleia do RN foi em 2013. Esta foi a primeira e única seleção pública do Legislativo na história, até agora. Mais de 28 mil candidatos se inscreveram.

Na ocasião, foram oferecidas 85 vagas para profissionais de diversas áreas como Arquitetura, Análise de Sistema, Biblioteconomia, Enfermagem, Engenharia Civil, Jornalismo, Medicina e Psicologia, operador de som, programador, profissional de taquigrafia, técnico em hardware, entre outros. Os salários oferecidos eram de até R\$ 17.025,00.

DIVULGAÇÃO



Projeto de Lei de nº134/2021 foi aprovado pelos deputados na sessão plenária do dia 22 de julho



Assembleia Legislativa do RN aprova LDO para orçamento de 2022

INVESTIMENTOS | Lei tem previsão de receita total em valor constante da ordem de R\$ 11,62 bilhões e de R\$ 12 bilhões em valores correntes

O Projeto de Lei de nº134/2021, do Governo do Estado, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração do orçamento de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA) foi aprovado pelos deputados na sessão plenária no dia 22 de julho. A LDO tem previsão de receita total em valor constante (sem considerar os índices inflacionários) da ordem de R\$ 11,62 bilhões e de R\$ 12 bilhões em valores correntes, que corresponde às metas anuais para valores praticados no ano da edição da peça. O texto passou pela Comissão de Finanças e Fiscalização antes de ir a Plenário e teve relatoria do deputado Getúlio Rêgo (DEM), recebendo 12 emendas.

Desse total, 11 foram aprovadas e uma rejeitada. Em justificativa, o relator apontou o que chamou de “parâmetros ultraconservadores” utilizados para as projeções de receitas por parte do Executivo. Segundo ele, o Governo do Estado subestimou os recursos que deverão estar disponíveis ao estado para que possa utilizar de forma livre a verba que vai dispor em 2022.

“Essas emendas que foram apresentadas são objeto do trabalho dos membros da Comissão de Finanças e da equipe técnica da Casa com um elevado nível de responsabilidade e acurada análise jurídica da matéria. Nada foi feito em confronto com o Executivo, mas sim para harmonizar a iniciativa governamental com os

ditames legais que margeiam a peça orçamentária”, disse o relator Getúlio Rêgo (DEM).

O líder do governo na Casa, deputado Francisco do PT, afirmou que, apesar de algumas divergências em relação ao relatório apresentado, um entendimento foi construído em discussão com todos os parlamentares.

Entre as metas e prioridades para 2022 estão ampliar sistemas de abastecimento de água no RN; para a segurança pública, elaborar programas sociais visando diminuir os índices de violência, visando atingir a população mais vulnerável e realizar concurso público para recompor e ampliar o efetivo da Polícia Militar; na Educação, investir na ampla for-

mação dos professores e servidores da Educação.

Entre as metas da Saúde Pública, construir, reformar e/ou equipar unidades de saúde e operacionalizar a rede de hospitais, por meio da qualificação e estruturação de uma Política de Atenção Hospitalar no âmbito do Estado, com estruturação do programa de cirurgias eletivas, entre outras.

A LDO orienta as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital, estrutura e a organização dos orçamentos; as diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos, além de outras especificações para aplicação do orçamento anual para 2022.

Segundo semestre é marcado pela retomada das aulas presenciais

EDUCAÇÃO | Passado o período mais crítico da pandemia da covid-19, a Escola da Assembleia Legislativa voltou, em 19 de agosto, com atividades acadêmicas presenciais

Após um ano e meio funcionando remotamente, com seus cursos acontecendo na modalidade online, em virtude da pandemia do novo Coronavírus, a Escola da Assembleia Legislativa do RN retomou, no dia 19 de agosto, as atividades acadêmicas presenciais.

O primeiro curso ofertado presencialmente, seguindo todos os protocolos de higiene e segurança, foi o de “Atendimento de Excelência no Setor Público”, ministrado pela professora Katarina Alcântara. A disciplina abordou conceitos e técnicas que propiciam o acolhimento e a receptividade característicos da prestação de um serviço de excelência, tendo sido realizado exclusivamente para os servidores da Casa Legislativa.

Para que o retorno fosse possível de forma responsável, a Escola realizou um treinamento específico com sua equipe de limpeza, aumentando a intensidade e frequência da higienização e atendendo a todos os protocolos de segurança, tais como: redução do tamanho das turmas; demarcação dos espaços físicos, buscando garantir o distanciamento de um metro entre os alunos; aferimento de temperatura; álcool em gel 70% disponível em todas as dependências; e oferta e fiscalização do uso de máscaras.

“Foi um momento de muita alegria quando reabrimos a Escola. Sem os alunos, uma casa de educação perde seu brilho. Há muito tempo estávamos preparados e, em agosto, finalmente, pudemos receber os servidores aqui, presencialmente”, comemorou o diretor João Maria de Lima.

Para este segundo semestre, além de cursos rápidos e de capacitação, a grade contará com duas novas pós-graduações lato sensu. Serão três turmas de Especialização: duas de “Gestão e Segurança Pública” e uma de “Direito, Tecnologia e Inovação”, a qual será realizada em parceria com a Justiça Federal.

Com relação aos cursos de capa-



Para retorno, além de reduzido o tamanho das turmas, foi feita a demarcação dos espaços físicos.

citação, alguns são exclusivos para servidores da Assembleia Legislativa, mas há também uma ampla oferta para a comunidade em geral.

Dentre os cursos específicos para quem trabalha na Casa, estão: Planejamento Estratégico e Gestão da Estratégia para Organização Pública (online); Atendimento de Excelência no Setor Público; Formulação e Gestão de Indicadores de Desempenho; Gestão de Riscos em Processos de Trabalho; Curso Básico de Licitação e Redação Oficial.

Quanto aos cursos abertos à comunidade, houve uma ampla programação no mês de agosto: Soluções

para Realização de Eventos Durante a Pandemia; A Arte de Argumentar: Entre a Razão e a Emoção; e o Curso Básico de Licitação, que aconteceu em Santa Cruz, Cruzeta e Campo Grande.

A Escola da Assembleia Legislativa também ofertou, em 24 de agosto, o “Curso Preparatório para Mestrado”, na modalidade presencial, em duas turmas; e ainda “Gestão do Tempo e Produtividade”, nos dias 23 e 24, bem como “Marketing Pessoal e Profissional”, no dia 2 do mês seguinte. Para setembro, ainda serão ministrados os cursos “O Poder da Comunicação na Prática” e “Desen-

volvimento de Líderes”, nos dias 15 e 16.

O curso de Redação Oficial, um dos mais procurados da instituição, ainda será ministrado nas cidades de Santana do Matos, Barcelona, Currais Novos, bem como na sede, para os servidores da Casa. A grade de cursos inclui ainda: Empreendedorismo, A Comunicação Interpessoal no Mundo Digital e Formação Continuada em Tecnologias Educacionais. Para ter acesso ao calendário e realizar inscrições, o cidadão pode acessar o site <http://www.al.rn.leg.br/> ou baixar o aplicativo “Escola da Assembleia”.

DIVULGAÇÃO

Sistema de consulta a TCC auxilia novos alunos

Elaborado pela equipe da biblioteca da Escola da Assembleia Legislativa, o repositório é um sistema de consulta aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) realizados pelos alunos da instituição nas turmas de Pós-graduação strictu e latu sensu.

O conteúdo das obras do repositório está protegido pela Lei 9610/98, referente aos direitos autorais. Isso significa que, para citar os trabalhos constantes no repositório, deverão ser utilizadas as normas da ABNT nº

10520 (Citações em documento) e nº 6023 (Referências).

Para acessar o referido sistema, basta o usuário entrar no site <http://www.al.rn.leg.br/>, clicar na parte da Escola da Assembleia e, então, na aba "Repositório". A partir daí, é possível pesquisar pelo nome do autor, título do trabalho, orientador, co-orientador, curso, ano ou palavra-chave.

"O repositório é fundamental não só para dar visibilidade aos TCCs dos nossos alunos, mas também para facilitar a pesquisa

daqueles que queiram enveredar pela educação legislativa ou pela gestão pública. Desse modo, eles poderão, a partir de qualquer lugar do Brasil e do mundo, consultar e divulgar os trabalhos que são feitos e orientados pela equipe da nossa Escola", destacou o professor e diretor da instituição, João Maria de Lima.

Ainda segundo o professor João Maria, "essa é uma grande contribuição acadêmica que o Parlamento Potiguar dá à Educação e à qualificação profissional do nosso Estado".



DOE SANGUE HOJE. ANA ESTÁ PRECISANDO.

Quando o mundo pede distanciamento, a solidariedade nos une.

Doe o que há de melhor em você: seu sangue.

#DOESANGUEHOJE #COMPARTILHEVIDA



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

WWW.AL.RN.LEG.BR

   ASSEMBLEIARN